

O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A HOSPITALIDADE

Sênia Bastos¹

O centro histórico da cidade de São Paulo tem sido alvo da ação de diversos programas de requalificação, por parte do poder público e da iniciativa da sociedade, por meio de instituições criadas para tal fim. A reurbanização do Anhangabaú, a restauração de edificações de valor histórico, a recuperação das vias públicas, racionalização da distribuição dos ambulantes, desobstrução dos viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, isenção de IPTU para os imóveis tombados com fachadas em perfeito estado de conservação, permanência de importantes instituições no local entre outros, conduzem tais ações para a valorização do patrimônio cultural da cidade. Programas de educação patrimonial são apontados enquanto metodologia para envolver os moradores com sua história, motivando a apropriação de seu passado e o exercício da cidadania. A hospitalidade inscreve-se nesse contexto de exercício de cidadania e valorização da memória, temas discutidos nessa pesquisa que se encontra em andamento.

¹ Doutora em História Social PUC/SP- Coordenadora do Programa de Mestrado em Hospitalidade Universidade Anhembi Morumbi

Para muitos moradores do município de São Paulo ir ao centro histórico constitui um acontecimento: vai-se à cidade. Com uma população estimada em 10 milhões de moradores, determinados bairros distam mais da área central do que alguns municípios vizinhos.

O patrimônio do centro histórico da cidade de São Paulo caracteriza-se, sobretudo, por edificações que foram preservadas no sentido de legar ao futuro diferentes modalidades arquitetônicas, independentemente de sua importância social.

Alvo de diferentes projetos de reforma urbana, a cidade colonial teve suas ruas alinhadas e retificadas de forma contínua nas duas últimas centúrias, o que comprometeu a permanência da diversidade arquitetônica e sua relação harmônica com os logradouros públicos. Quer em decorrência da inspiração no modelo urbanista europeu, que inviabilizava a permanência de ruas estreitas e sinuosas, quer pela opção do poder público pelo transporte de veículos particulares e, conseqüentemente, a demanda por abertura e alargamento de suas avenidas para escoamento do tráfego, a gestão de seu patrimônio foi tratada de forma centralizadora e sem participação popular. Em meio a esse processo, muitos imóveis foram desapropriados e demolidos em nome da coletividade, desconsiderando-se a relação familiar e afetiva porventura existente.

A diversidade cultural da cidade materializa-se na constituição de áreas de forte concentração étnica, como é o caso dos bairros dos imigrantes orientais, judaicos, italianos e árabes, que gradativamente vão sendo influenciados por nordestinos, mineiros e nortistas, alterando sua tessitura social e arquitetônica. Identidades diferenciadas permeiam a trama urbana, configurando-se em recurso atualmente valorizado pelos programas de exploração turística.

Ações de reurbanização das áreas degradadas, restauração de edificações públicas de valor histórico, recuperação das vias, racionalização da distribuição dos ambulantes, desobstrução dos calçadões, estímulo fiscal para os imóveis tombados com fachadas em perfeito estado de conservação, racionalização da limpeza pública, retomada de atividades hoteleiras e de ensino, estímulo à moradia, bem como a permanência de importantes instituições no centro histórico têm sido positivas no sentido da valorização imobiliária da área central da cidade, despertado a atenção para a relação de distanciamento de seus moradores com o seu patrimônio.

Vai-se ao centro em virtude de um sistema de transportes pouco objetivo que mantém linhas de ônibus centralizadas na região desde período imperial, quando não havia vias de ligação entre os bairros e todos os caminhos conduziam ao triângulo histórico.² Apesar do metrô, o circuito dos ônibus de passageiros reproduz o mesmo traçado, sem objetivar a distribuição das linhas, que em concorrência aos veículos particulares, congestionam as principais vias de circulação a qualquer hora do dia.

Neste passeio induzido, poucos se detêm a contemplar as edificações que se descortinam no percurso diário em decorrência da má-conservação das fachadas, sobreposição de anúncios publicitários, ausência de informações sobre os bens, problemas na sinalização e as diferentes modalidades de poluição.

O envolvimento com o patrimônio, todavia, pode se estabelecer na medida em que ele for incorporado ao cotidiano de forma compreensível. Um dos recursos possíveis é a mediação da memória: o passeio pelo centro ganha colorido quando compartilhado por antigos moradores da cidade. Rememoram acontecimentos, identificam edificações inexistentes, apontam peculiaridades de tempos idos: o antigo cinema hoje convertido em espaço religioso em virtude do novo uso, os logradouros que teve seu desenho alterado, obras de arte removidas a fim de intensificar o tráfego local. A narrativa marcada pela recordação vem carregada de emoção e o passado ganha coloração positiva. A paisagem é reorganizada e fica a indagação: teria sido melhor?

Em muitos casos o morador é informado sobre o seu patrimônio, ou seja, não participa do processo de identificação deste. Os técnicos da preservação e o poder público (quer municipal, estadual ou federal), legitimados pelo saber científico e político, inventariam os bens a partir de perspectivas externas aos moradores, priorizando, sobretudo, determinados partidos arquitetônicos, bens de maior significado histórico, ou áreas específicas em decorrência da pressão de determinados grupos econômicos.

O patrimônio cultural eleito por esta metodologia gera distanciamento, o morador não o identifica como expressão de seu passado ou como bem coletivo que deve ser apropriado. Em muitos casos, para despertar o interesse sobre ele, usa-se o conceito de escassez ou a figura do tombamento. O bem ganha status de importância porque é raro (Limón Delgado, 1999), por sua vez, o tombamento não confere valor cultural ao bem,

² O triângulo histórico é formado pelas ruas Direita, XV de Novembro, São Bento e adjacências.

conforma-se uma medida de proteção administrativa (Marchesan, 2003). Tais ações não garantem a identificação com o morador e nem a sua conservação.

A exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura a sua reabilitação e conservação.³ O patrimônio passa a ser tratado de forma mercantil, como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores enquanto lugar de memória. Seu caráter identitário passa a ser valorizado pelo empreendedor enquanto o grande diferencial do empreendimento turístico.

Ao ser configurado em atrativo turístico, com o rótulo de autenticidade, operam interesses financeiros que podem comprometer a sua relação identitária com o morador, na medida em que tais ações não se encontrem contextualizadas ao passado e às experiências sociais da comunidade (Talavera, 2002).

A implantação da atividade turística envolve riscos que lhe são próprios: as trocas sociais e culturais podem desencadear rupturas, em decorrência de processos de reelaboração de conteúdos simbólicos que passam a ser atribuídos aos bens pelos empreendedores. Para evitar o desenraizamento dos moradores com o seu patrimônio faz-se necessário facilitar o acesso educativo-cultural, estabelecendo processos de interpretação dos bens cuja metodologia envolva a comunidade, de forma que os tornem guardiões de seu passado, além de uma política de preservação e proteção dos bens, evitando-se a realização de atividades que comprometam sua conservação.

A comunidade tem dificuldades em reconhecer o seu patrimônio cultural, mas é ela que deve indicá-lo. Para facilitar o processo tem se verificado a estratégia de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da própria comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos de edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, da deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença freqüente de visitantes.

Parte das manifestações simbólicas de São Paulo desapareceu sem nunca ter sido analisada ou documentada. Perderam-se no tempo. O patrimônio é uma construção social, depende do grupo, do período histórico, das questões ideológicas que permeiam a

³ Dentre os autores que comungam deste ideário destacam-se Margarita Barretto, Augustin Santana Talavera, Stela Murta dentre outros.

patrimonialização e a visão de identidade que está sendo construída contemporânea a esse processo.

Nota-se uma tendência atual de reafirmação das identidades coletivas em oposição ao movimento de uniformização cultural gerado pela globalização, do qual podemos apontar certa homogeneização do cotidiano. A valorização do patrimônio cultural surge como resposta a esta uniformização das identidades coletivas, conformando-se em objeto comercializável dos empreendimentos turísticos.

Verifica-se uma tendência de diversificação dos produtos turísticos: aos elementos sol, praia e diversão noturna somam-se os recursos históricos, étnicos e culturais. Destaca-se a valorização do pitoresco, do tradicional, do passado e de seus testemunhos (Talavera, 2002).

Um programa de exploração turística com base no patrimônio cultural, ao propor ação de promoção e divulgação dos bens culturais, deve ter entre seus objetivos iniciais, fortalecer as identidades culturais e dinamizar a cultura.

A exploração comercial dos recursos patrimoniais deve ser precedida por um planejamento e acompanhamento permanente para que não ocorra a expropriação cultural das comunidades receptoras, a degradação ambiental, desequilíbrios sócio-econômicos e a desvalorização cultural. Os empreendimentos devem promover a rentabilidade econômica e o desenvolvimento social, alicerçados em critérios que resultem na melhoria da qualidade de vida dos moradores e não apenas canalizados para o bem estar do turista.

Ao problematizar a sua relação com a hospitalidade, o programa de exploração turística deve contemplar ações que possibilitem aos moradores descobrir, tomar consciência e valorizar suas próprias riquezas, sejam elas materiais ou imateriais. O ato de hospitalidade cristaliza-se no movimento de preservação dos bens, o sentimento de orgulho pelo seu patrimônio cultural, processo que garante, ainda, a manutenção momentânea dos bens e o melhor acolhimento do visitante.

Ao que se refere ao centro histórico de São Paulo, a falta de interação do morador com os bens promove dificuldades para a implantação do turismo. A cidade não está preparada para o morador, não há interação com o passado, com o seu patrimônio. A concentração de atividades de tendência universalizante, sem relação com a identidade de

seus moradores, o amplo processo de eliminação do uso residencial, constituem fatores responsáveis pelo comprometimento da afetividade com o entorno.

Nossa identidade não se encontra valorizada, termo entendido aqui como diversidade e não singularidade congelada no tempo. Tal situação decorre, entre outros fatores, do não envolvimento do morador no processo de identificação de seu patrimônio. Em muitos casos ele é informado sobre o que deve valorizar, mas não participa do processo decisório sobre o levantamento dos bens, neste sentido, não exerce sua cidadania.

É preciso estar preparado para identificar o patrimônio cultural junto com o morador. Corre-se o risco do projeto ser prontamente encostado ao se deparar com essas dificuldades. Tal processo necessita ser acompanhado por um programa de educação patrimonial que valorize o passado de todos os setores sociais e seus ícones. Apenas com a preparação da cidade para o morador, com a interação com seus bens, é que conformaremos um ambiente hospitaleiro e deixaremos de ser uma cópia piorada de outras cidades, e então poderemos pensar na implantação de programas turísticos bem sucedidos.

Caracteriza pela diversidade cultural, pelo dinamismo de suas transformações, alteração de centralidades financeiras, variedade gastronômica, a cidade de São Paulo não está preparada para receber o turista de forma hospitaleira, seus laços encontram-se neutralizados, pois não há elementos identitários caracterizando o espaço social, apenas pedra e cal, e o visitante não consegue dispor deles livremente. A interpretação deve ser um processo compartilhado com o morador, pois só assim o visitante conseguirá apropriar-se do sentido coletivo existente.

Bibliografia.

ALBANO, Celina e MARIS, Stela. **Interpretar o patrimônio um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Território Brasília/Editora UFMG, 2002.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural.** Campinas: Papyrus, 3ª edição, 2002

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio etnológico:** nuevas perspectivas de estudio. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

GODBOUT, Jacques T. Recevoir et donner. **Communications.** 65, Paris, Ed. du Seuil, 1997.

LIMÓN DELGADO, Antonio. Patrimônio. De quién? In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimônio etnológico: nuevas perspectivas de estudio.**Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A proteção constitucional do patrimônio cultural. Disponível em <www.mp.rs.gov.br> Acessado em 24.04.2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo e outros. **Turismo, espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad.** Madrid, 27, 1998 (pp. 63-76).

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado.** A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: Unesp, 2000.

TALAVERA, Augustin Santana. **Mirar y leer: autenticidad y patrimonio cultural para el consumo turístico.** 6º Encontro Nacional de turismo com base local. Campo Grande, 2002.